

LEI ORGÂNICA
DO
MUNICÍPIO DE JURUAIA
MINAS GERAIS



SUMÁRIO

Título I - Disposições Preliminares	6
Capítulo I Do Município	6
Seção I Disposições Gerais	6
Seção II Da Divisão Administrativa do Município	6
Capítulo II Da Competência	8
Seção I Da Competência Privativa	8
Seção II Da Competência Concorrente e Suplementar	9
Título II - Da Organização dos Poderes Municipais	10
Capítulo I Do Poder Legislativo	10
Seção I Disposições Preliminares	10
Seção II Da Competência	10
Seção III Da Competência Privativa da Câmara	11
Seção IV Da Instalação	13
Seção V Das Sessões	13
Subseção Única Das Sessões Legislativas Extraordinárias	14
Seção VI Das Deliberações	15
Seção VII Da Composição	16
Subseção I Da Mesa Diretora	16
Subseção II Do Presidente	17
Subseção III Das Comissões	18
Subseção IV Do Plenário	19
Seção VIII Da Responsabilidade do Vereador	19
Seção IX Dos Direitos do Vereador	20
Subseção I Da Inviolabilidade	20
Subseção II Do Subsídio	20
Subseção III Da Licença	21
Seção X Dos Deveres do Vereador	22
Subseção Única Do Testemunho	22
Seção XI Da Perda do Mandato	22
Subseção I Da Extinção do Mandato	23
Subseção II Da Cassação do Mandato	23
Seção XII Das Comissões Especiais de Inquérito	24
Seção XIII Do Suplente	27
Seção XIV Do Processo Legislativo	27
Subseção I Disposições Gerais	27
Subseção II Da Emenda à Lei Orgânica	28

Subseção III Das Medidas Provisórias	28
Subseção IV Das Leis Complementares	29
Subseção V Das Leis	29
Subseção VI Dos Decretos Legislativos e das Resoluções	31
Seção XV Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial	31
Seção XVI Do Plebiscito e do Referendo	32
Capítulo II Do Poder Executivo	32
Seção I Do Prefeito	32
Subseção Única Da Posse e do Exercício	33
Seção II Das Atribuições	33
Seção III Dos Direitos e Deveres	35
Subseção I Da Licença	36
Subseção II Do Subsídio	36
Subseção III Da Responsabilidade	37
Seção IV Das Incompatibilidades	37
Seção V Da Perda do Mandato	37
Subseção I Da Extinção do Mandato	38
Subseção II Da Cassação do Mandato	38
Seção VI Do Vice-Prefeito	39
Seção VII Da Substituição e da Sucessão	40
Seção VIII Dos Auxiliares Diretos do Prefeito	40
Título III - Da Organização do Município	40
Capítulo I Da Administração Municipal	40
Seção I Princípios Gerais	41
Seção II Dos Servidores Municipais	41
Seção III Da Guarda Municipal	41
Seção IV Dos Serviços Públicos Municipais	41
Seção V Dos Bens Municipais	42
Capítulo II Do Planejamento Municipal	43
Capítulo III Das Contas e dos Atos Municipais	45
Seção I Do Exame Público das Contas Municipais	45
Seção II Da Publicidade dos Atos Municipais	45
Seção III Do Registro	45
Seção IV Da Forma	46
Seção V Das Certidões	47
Título IV - Da Tributação, das Finanças e dos Orçamentos	47
Capítulo I Do Sistema Tributário Municipal	47
Seção I Dos Tributos	47
Seção II Dos Impostos Municipais	48

Seção III Das Limitações do Poder de Tributar	49
Capítulo II Dos Orçamentos	50
Título V - Da Ordem Econômica	52
Capítulo I Do Desenvolvimento Urbano	52
Seção I Da Política Urbana	52
Seção II Do Plano Diretor	53
Seção III Do Sistema Viário e do Transporte	54
Seção IV Da Política Rural	54
Título VI - Da Ordem Social	55
Capítulo I Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento	55
Seção I Do Meio Ambiente	55
Seção II Dos Recursos Naturais	56
Seção III Do Saneamento	57
Capítulo II Da Seguridade Social	58
Seção I Da Saúde	58
Seção II Da Assistência Social	59
Capítulo III Da Educação e da Cultura	59
Seção I Da Educação	59
Seção II Da Cultura	60
Capítulo IV Dos Esportes, do Lazer e do Turismo	60
Capítulo V Da Proteção à Família, à Criança, ao Adolescente, ao Idoso e às Pessoas Portadoras de Deficiência	61
Ato das Disposições Orgânicas Transitórias	62

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JURUAIA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PREÂMBULO

O Povo JURUAENSE, por seus representantes legais, invocando a proteção de DEUS, observando os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil e Constituição do Estado de Minas Gerais, visando a todos assegurar os benefícios da Justiça, Bem-estar Social e Econômico, com a participação popular, para a consolidação de uma sociedade mais fraterna, pluralista e sem nenhum tipo de preconceito, comprometidos com a solução pacífica das controvérsias, e com o objetivo de organizar o exercício do poder e fortalecer as instituições democráticas, garantindo a plena cidadania, concluímos as reformas, votamos e promulgamos a nova Lei Orgânica do Município de Juruaia – MG.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 1º O Município de Juruiaia, MG, fundado em unidade da República Federativa do Brasil, com personalidade jurídica de direito público interno, elevada à categoria de Cidade pelo Decreto n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, no uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á pelos termos assegurados na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais e nesta Lei Orgânica.

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º São símbolos do Município: a Bandeira, o Brasão e o Hino Municipal, instituídos em lei.

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade.

Art. 5º São objetivos fundamentais do Município de Juruiaia, MG:

I – garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II – colaborar com os Governos Federal e Estadual na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;

III - promover o bem-estar e o desenvolvimento da sua comunidade;

IV - promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população.

Seção II
Da Divisão Administrativa do Município

Art. 6º O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, alterados, organizados e suprimidos por lei após consulta plebiscitária às populações interessadas, observada a Legislação Estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 8º desta Lei Orgânica.

§ 1º A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do artigo 8º desta Lei Orgânica.

§ 2º A supressão do Distrito somente se efetuará por lei após consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º A lei que aprovar a supressão de Distrito redefinirá o perímetro do Distrito do qual se originou o Distrito suprimido.

§ 4º O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

§ 5º O Distrito-Sede do Município não será objeto de fusão, extinção ou desmembramento.

Art. 7º A lei de criação de Distritos somente será aprovada se obtiver o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A votação, obrigatoriamente, será em dois turnos, com interstício de dez dias.

Art. 8º São requisitos para a criação de Distritos:

I – população mínima de 1.000 (mil) habitantes e eleitorado não inferior à quinta parte exigida para a criação de município; (Redação pela Emenda n.º 07/2007)

II - a comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

- a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de estimativa de população;
- b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;
- c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;
- d) certidão do órgão fazendário Estadual e do Municipal, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;
- e) certidão emitida pela Prefeitura ou pela Secretaria de Educação, certificando a existência de escola pública.

Art. 9º Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas, além daquelas previstas em lei estadual:

I – evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo único. As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 10. A alteração da divisão administrativa do Município far-se-á anualmente, através de lei municipal, garantida a participação popular.

Art. 11. A instalação do Distrito se fará perante o juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12. Ao Município de Juruáia compete prover a tudo quanto respeite aos interesses locais e ao bem-estar da sua população.

Seção I Da Competência Privativa

Art. 13. Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

II - arrecadar e administrar os recursos financeiros que lhe pertencerem, na forma de lei;

III - elaborar o orçamento, estimando a receita e fixando a despesa;

IV - dispor sobre a organização e execução dos seus serviços públicos;

V - dispor sobre a alienação, a administração e a utilização de seus bens;

VI - adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

VII - organizar o quadro e estabelecer o Regime Jurídico de seus servidores;

VIII - dispor sobre a concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais, fixando os respectivos preços;

IX - elaborar o seu Plano Diretor;

X - instituir as normas de edificação, de loteamentos, de arruamento e de zoneamento urbano, fixando as limitações urbanísticas, convenientes à ordenação de seu território;

XI - constituir as servidões necessárias aos seus serviços;

XII - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos e especialmente sobre:

- a) os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- b) o itinerário e os pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;
- c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições peculiares;
- d) os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas.

XIII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como disciplinar e fiscalizar a sua utilização;

XIV - prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza e procedência;

XV - dispor sobre o registro, a vacinação e a captura de animais;

XVI - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;

XVII - dispor sobre a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em logradouros públicos;

XVIII - dispor sobre o depósito e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão de legislação municipal;

XIX - dispor sobre o controle da poluição ambiental, no que couber;

XX - dispor sobre a concessão, permissão e autorização de uso dos bens municipais;

XXI - aceitar legados e doações;

XXII - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XXIII - dispor sobre a instalação e o funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

XXIV - dispor sobre o comércio ambulante;

XXV - instituir e impor as penalidades por infração às suas leis e regulamentos;

XXVI - dispor sobre a criação de animais na zona urbana;

XXVII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XXVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XXIX - dispor sobre licitação e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União.

Seção II

Da Competência Concorrente e Suplementar

Art. 14. Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 15. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por 09 vereadores, eleitos na forma do artigo 29, inciso I da Constituição Federal, com base nos preceitos constitucionais, nesta Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Seção II
Da Competência

Art. 16. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de interesse local, especialmente :

I – legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e a remissão de dívidas, observadas, em quaisquer casos, as disposições contidas na Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000;

II - votar o Orçamento Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

IV – autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis; salvo os adquiridos por doações sem encargos;

V – autorizar a permissão e a concessão de uso e a concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais, salvo as doações sem encargos;

VI – aprovar o regime jurídico dos servidores municipais;

VII – criar, transformar e extinguir cargos públicos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos e subsídios de agentes políticos locais, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias, disposições contidas na Lei Complementar n.º 101/2000 e disposições constitucionais em vigor;

VIII – aprovar o Plano Diretor;

IX – dispor sobre normas de polícia administrativa;

X – aprovar a organização dos serviços municipais;

- XI – dar e autorizar a denominação de próprios e logradouros públicos;
- XII – dar e autorizar a alteração da denominação de próprios e logradouros públicos;
- XIII – delimitar o perímetro urbano;
- XIV – autorizar a concessão e permissão de serviços públicos, na forma da lei;
- XV – *revogado*; (Emenda n.º 01/2007)
- XVI – dispor sobre a criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta plebiscitária, observada a legislação estadual;
- XVII – *revogado*;
- XVIII – dispor sobre planos e programas municipais de desenvolvimento;
- XIX – criar, transformar, extinguir ou estruturar empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais;
- XX – normatizar a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Seção III

Da Competência Privativa da Câmara

Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal:

- I - eleger a sua Mesa ou destituí-la, na forma regimental;
- II – elaborar e votar o seu Regimento Interno;
- III - organizar os seus serviços administrativos;
- IV - dar posse ao Prefeito, ao Vice-prefeito, conhecer de sua renúncia, afastá-los definitivamente do exercício do cargo, nos casos previstos em lei;
- V - representar contra o Prefeito;
- VI - julgar o Prefeito, o Vice-prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Vereadores, para afastamento do cargo, nos termos do disposto nesta Lei Orgânica;
- VIII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 dias e, do País, por qualquer tempo;
- IX - criar Comissões Especiais de Inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, por prazo certo, mediante Requerimento de um terço dos seus membros, não podendo funcionar, concomitantemente, mais três Comissões;

X - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração;

XI - apreciar os vetos;

XII - conceder honorarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara;

XIII - sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;

XIV - convocar os titulares das Secretarias e Assessorias da Administração direta, bem como dirigentes da Administração indireta do Município, para prestar esclarecimentos sobre matéria de sua competência;

XV - deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;

XVI - fiscalizar os atos do Prefeito e dos Dirigentes das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais;

XVII - requerer a intervenção do Estado no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

XVIII - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIX - exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XX - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

- a) o Parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;
- b) decorrido o prazo de 60 dias sem deliberação pela Câmara, o Parecer será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais deliberações, até que se ultime a votação;
- c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

XXI - transferir, temporária ou definitivamente o local de suas reuniões;

XXII - decretar a perda de mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica;

XXIII - autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

XXIV - proceder à tomada de contas do Prefeito, através da Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XXV - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções de seus serviços, através de Resolução e fixar os respectivos vencimentos, através de lei de sua iniciativa;

XXVI - suplementar seu orçamento, fazer inclusão de alterações ou novos programas na LDO, no Orçamento e no PPA, bem como abrir créditos especiais através de resolução da Mesa Diretora;

XXVII – apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e da execução orçamentária;

XXVIII – fixar os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, na legislatura anterior para vigorar na subsequente, na forma constitucionalmente permitida e autorizar-lhes o reajustamento remuneratório.

Seção IV

Da Instalação

Art. 18. No primeiro ano de cada Legislatura, na data determinada pela legislação eleitoral, e em horário previamente determinado, em Sessão Solene de Instalação, independentemente do número de Vereadores, sob a Presidência do Vereador eleito possuidor do maior número de mandatos exercidos, dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Parágrafo único. Na ausência de Vereador detentor do maior número de mandatos exercidos, a Sessão será presidida pelo mais votado e em caso de empate pelo mais idoso, que exercerá a Presidência até que seja eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 19. O Presidente prestará o seguinte compromisso:

“PROMETO, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JURUAIA, MG, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E DE SEU POVO”.

Parágrafo único. Em seguida, o Secretário designado para este fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará:

“ASSIM O PROMETO”.

Art. 20. O Vereador que não tomar posse na Sessão prevista no artigo 18, poderá fazê-la até 15 dias depois da primeira Reunião Ordinária da Legislatura.

Art. 21. O Vereador ficará impedido de tomar posse:

I - se não se desincompatibilizar nos termos do que dispõe o artigo 38 da Constituição Federal;

II - se deixar de apresentar à Presidência, na Sessão de Posse, sua declaração de bens.

Art. 22. O Vereador entrará no exercício do mandato imediata e automaticamente após a posse.

Seção V

Das Sessões

Art. 23. Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa anual desenvolve-se de 1º de Fevereiro a 20 de Dezembro.

§ 1º A Câmara se reunirá em Reuniões Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

§ 2º As Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, mediante, neste último caso, comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, com antecedência mínima de 24 horas.

§ 3º Na Reunião Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 4º As reuniões marcadas dentro dos períodos mencionados no *caput*, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com feriados.

§ 5º No primeiro ano de cada Legislatura, a Sessão Legislativa anual iniciar-se-á imediatamente após a POSSE. (Redação pela Emenda n.º 05/2007)

Art. 24. As Reuniões da Câmara Municipal serão realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, as Reuniões poderão ser realizadas em outro local.

§ 2º As Reuniões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal.

Art. 25. As Reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário, aprovada por dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo de relevante interesse público ou de preservação do decoro parlamentar.

Art. 26. As Reuniões serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal e somente deliberará com a presença da maioria absoluta.

Parágrafo único. Considerar-se-á presente à Reunião o Vereador que assinar o livro de presença e participar de todas as deliberações do Plenário.

Subseção Única

Das Sessões Legislativas Extraordinárias

Art. 27. A convocação extraordinária da Câmara Municipal é possível no período de recesso e far-se-á:

I - pelo Presidente da Câmara Municipal ou a requerimento da maioria absoluta dos Membros da edilidade;

II - pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º A convocação será feita mediante ofício ao Presidente da Câmara para reunir-se, no máximo, dentro de dois dias.

§ 2º O Presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos Vereadores em Reunião ou fora dela mediante, neste último caso, comunicação pessoal escrita, com a antecedência mínima de 48 horas.

§ 3º Durante a Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Seção VI Das Deliberações

Art. 28. As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante discussão e votação únicas, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica.

Art. 29. A discussão e a votação da matéria constante da Ordem do Dia serão efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O voto será público, salvo as exceções previstas em lei.

Art. 30. Dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara a aprovação:

I - das leis concernentes à:

- a) denominação de próprios e logradouros públicos;
- b) alienação de bens imóveis;
- c) concessão de moratória, remissão, isenção e anistia;

II – da realização de Sessão Secreta;

III - da rejeição do Parecer do Tribunal de Contas;

IV - da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;

V - da mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal;

VI - da destituição de componentes da Mesa;

VII - do processo de cassação do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores;

VIII - da alteração desta Lei;

IX - da concessão de serviços públicos;

X - da concessão de direito real de uso de bens imóveis;

XI - da aquisição de bens imóveis por doação;

XII - da outorga de títulos e honrarias;

XIII - da realização de empréstimos de entidade privada.

Art. 31. Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação:

I - do Estatuto dos Servidores Municipais;

II - da rejeição de veto do Executivo;

III - do parcelamento e uso do solo;

IV - do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 32. A aprovação das matérias não constantes dos artigos anteriores dependerá do voto favorável da maioria simples dos vereadores presentes à Reunião.

Art. 33. O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando o seu voto for necessário para completar o *quorum* de dois terços exigido para a matéria;

III - quando houver empate na votação das matérias submetidas à maioria simples de votos.

Art. 34. O voto será secreto:

I - revogado;

II - revogado;

III - revogado.

Art. 35. O Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo.

Seção VII

Da Composição

Art. 36. A Câmara Municipal é composta dos seguintes órgãos:

I - Mesa Diretora;

II - Comissões;

III - Plenário.

Subseção I

Da Mesa Diretora

Art. 37. No dia seguinte à posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a Presidência do Vereador escolhido na forma do art. 18 e, havendo maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa, por maioria simples de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º Se o candidato não obtiver maioria de votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, considerando-se eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

§ 2º Não havendo número legal, o Vereador que estiver investido nas funções de presidente dos trabalhos convocará sessões diárias, até que haja número legal e seja eleita a Mesa.

Art. 38. A Mesa será composta de Presidente, Vice-presidente e Primeiro-secretário.

§ 1º Os membros da Mesa, nos impedimentos ou ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem de hierarquia dos cargos.

§ 2º Na ausência do Secretário, o Presidente em exercício na sessão convidará qualquer Vereador para o desempenho daquelas funções.

§ 3º As atribuições e competências dos membros da Mesa Diretora serão aquelas definidas no Regimento Interno, sendo que o Secretário assinará os cheques emitidos pela Câmara Municipal, na condição de tesoureiro.

Art. 39. O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a reeleição de qualquer um dos membros para o mesmo cargo na eleição subsequente, sendo que a Câmara terá quatro comissões permanentes.

Parágrafo único. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos Membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Art. 40. A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última Reunião Ordinária da segunda Sessão Legislativa, considerando-se os eleitos automaticamente empossados em 1º de janeiro do ano subsequente.

Subseção II

Do Presidente

Art. 41. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

I - representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos da Câmara Municipal;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno da Câmara Municipal;

IV - promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V - fazer publicar os Atos, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII - requisitar as dotações orçamentárias da Câmara Municipal;

VIII - apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o Balancete Orçamentário do mês anterior;

IX - solicitar e encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para este fim;

XI - exercer, em substituição, a Chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

XII - prestar informações por escrito e expedir certidões quando requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos das situações de interesse pessoal;

XIII - propor a realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XIV - designar Comissões Especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias.

XV - dar o voto de Minerva nas votações que empatarem e manifestar seu voto quando exigido *quorum* qualificado de dois terços, e na eleição da Mesa.

Subseção III

Das Comissões

Art. 42. A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas, na forma e com as atribuições previstas no seu Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas ou blocos partidários.

Art. 43. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - convocar Secretários municipais, ou equivalentes, para prestar informações;

III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IV - solicitar depoimento de qualquer autoridade, servidor ou cidadão;

V – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento local e sobre eles emitir parecer.

Art. 44. As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado

e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Subseção IV

Do Plenário

Art. 45. O Plenário, órgão soberano de deliberação da Câmara Municipal, é composto pelos vereadores no exercício do mandato.

Seção VIII

Da Responsabilidade do Vereador

Art. 46. O Vereador, observado o que estabelece esta Lei Orgânica e a legislação pertinente, pela prática de contravenções penais, crimes comuns e infrações político-administrativas, será processado, julgado e apenado em processos independentes.

Art. 47. Pela prática de contravenções e de crimes, serão processados e julgados pela Justiça Comum e pelas infrações político-administrativas, pela Câmara Municipal.

Art. 48. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função remunerada, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea anterior, salvo por aprovação em concurso público, ou exercício de cargo efetivo desde que haja compatibilidade de horários, caso contrário, deixará o emprego e optará pela remuneração;

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, "a", salvo por aprovação em concurso público, ou exercício de cargo efetivo desde que haja compatibilidade de horários, caso contrário, deixará o emprego e optará pela remuneração;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer uma das entidades a que se refere o inciso I, "a";
- d) ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo.

Art. 49. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer uma das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos em lei;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – que fixar residência fora do Município.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V e VII a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer um de seus membros ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os parágrafos 2º e 3º.

Seção IX

Dos Direitos do Vereador

Art. 50. São direitos dos vereadores, entre outros:

I - inviolabilidade;

II - subsídio mensal;

III - licença.

Subseção I

Da Inviolabilidade

Art. 51. Os vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Subseção II

Do Subsídio

Art. 52. O subsídio dos vereadores será fixado pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 30 dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura subsequente, observado o disposto na Constituição Federal, fazendo jus a décimo terceiro salário e revisão anual para recomposição das perdas inflacionárias, nos mesmos índices e datas dos servidores públicos municipais.

§ 1º A fixação será veiculada por lei de iniciativa da Mesa da Câmara proposta até 30 dias antes das eleições e aprovada pelo Plenário.

§ 2º Na hipótese de a proposta não ser apresentada pela Mesa no prazo previsto no parágrafo anterior, qualquer Comissão ou Vereador poderá fazê-lo.

§ 3º *Revogado.* (Redação pela Emenda n.º 04/2007)

§ 4º O Vereador que até 30 dias antes do término de seu mandato deixar de apresentar ao Presidente da Câmara declaração de bens atualizada, não fará jus ao subsídio do período correspondente.

§ 5º O exercício da vereança por servidores públicos se dará de acordo com as determinações do artigo 38, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 53. O subsídio dos vereadores será fixado determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, estabelecido em parcela única e atendidos os limites constitucionais.

Parágrafo único. Ao Presidente da Câmara, enquanto representante legal do Poder Legislativo, será fixado subsídio diferenciado daquele estabelecido para os demais vereadores.

Subseção III

Da Licença

Art. 54. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença devidamente comprovada;

II - por motivo de licença gestante;

III - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a 30 dias, desde que o afastamento não ultrapasse 90 dias por Sessão Legislativa, vedado o retorno antes do término da licença;

IV - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;

V - para exercer o cargo de Secretário municipal, devendo optar pela remuneração.

§ 1º Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário municipal.

§ 2º Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II, será devida remuneração como se em exercício estivesse.

§ 3º Considerar-se-á automaticamente licenciado o Vereador afastado nos termos do artigo 63 desta Lei, vedado o pagamento do subsídio correspondente ao período de afastamento.

§ 4º Ao Vereador licenciado nos termos do inciso IV, será devida remuneração como se em exercício estivesse, desde que devidamente comprovada a presença no evento que motivou a concessão da licença.

Art. 55. Nos casos de vaga ou licença do Vereador, o Presidente da Câmara Municipal convocará imediatamente o suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara, na forma do que dispuser o Regimento Interno.

§ 2º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o *quorum* em função dos vereadores remanescentes.

§ 3º Somente se convocará o suplente na hipótese de a licença do titular ser superior a 30 dias.

Seção X

Dos Deveres do Vereador

Art. 56. São deveres do Vereador:

I - respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal e as leis;

II - agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes;

III - representar a comunidade comparecendo às reuniões, trajado adequadamente e participar dos trabalhos do Plenário e das votações, para integrar estes órgãos;

IV - usar suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público.

Subseção Única

Do Testemunho

Art. 57. Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou das quais receberam informações.

Seção XI

Da Perda do Mandato

Art. 58. Ocorre a perda do mandato de vereador por extinção ou por cassação.

Subseção I

Da Extinção do Mandato

Art. 59. Extingue-se o mandato do vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

I - ocorrer o falecimento;

II - ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III - for condenado por sentença criminal transitada em julgado;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento da notificação para isso promovida pelo Presidente da Câmara Municipal;

V - faltar a um terço ou mais das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

VI - não tomar posse, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Câmara Municipal, na data marcada;

VII - quando o Presidente da Câmara, não substituir ou suceder o Prefeito nos casos de impedimento ou vaga.

§ 1º Considera-se formalizada a renúncia e produzidos todos os seus efeitos para os fins deste artigo, quando protocolada nos serviços administrativos da Câmara Municipal, salvo o disposto no artigo 49, § 4o, desta Lei.

§ 2º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira reunião subsequente, o comunicará ao Plenário, fazendo constar da Ata a declaração da extinção do mandato, convocando imediatamente o respectivo suplente.

§ 3º Se o Presidente da Câmara Municipal omitir-se nas providências consignadas no parágrafo anterior, o suplente do Vereador interessado poderá requerer a declaração da extinção do mandato.

§ 4º Na hipótese do inciso VII, a declaração de extinção caberá ao Vice-presidente da Câmara Municipal.

Subseção II

Da Cassação do Mandato

Art. 60. A Câmara de Vereadores cassará o mandato do Vereador quando, em processo regular em que é dado ao acusado amplo direito de defesa, concluir pela prática de infração político-administrativa.

Art. 61. São infrações político-administrativas do Vereador:

I - deixar de prestar contas, ou tê-las rejeitadas, na hipótese de adiantamento;

II - utilizar-se do mandato para a prática de ato de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - proceder de modo incompatível com a ética e o decoro parlamentar, nos termos do disposto no Código de Decoro estabelecido através de Resolução da Câmara Municipal.

Art. 62. O processo de cassação do mandato do Vereador observará os seguintes princípios:

I - o contraditório, a publicidade, a ampla defesa e a motivação da decisão;

II - iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída;

III - recebimento da denúncia por maioria qualificada de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

IV - votação individual e pública;

V - conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 dias, a contar do recebimento da denúncia.

§ 1º O processo de cassação por infração político-administrativa não impede a apuração de contravenções penais, de crimes comuns e de responsabilidade.

§ 2º O arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia, nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.

Art. 63. A Câmara Municipal poderá afastar o Vereador:

I - quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros;

II - quando a denúncia pela prática de crime comum ou ato de improbidade administrativa for julgada procedente em primeiro grau pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o trânsito em julgado.

Art. 64. Atendidos os princípios elencados no artigo 62, o processo de cassação pela prática das infrações definidas no artigo 61 obedecerá o disposto no Decreto-Lei 201 ou legislação federal nova que o substituir.

Art. 65. O processo a que se refere o artigo anterior, sob pena de arquivamento, deverá ser concluído dentro de 90 dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo único. O arquivamento do processo por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

Seção XII

Das Comissões Especiais de Inquérito

Art. 66. As Comissões Especiais de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, constante de denúncia apresentada por Vereador, Comissão da Câmara ou por qualquer cidadão local.

Parágrafo único. Na hipótese de a denúncia ser apresentada por qualquer cidadão local, um terço dos membros da Câmara deverá subscrever o requerimento de constituição da Comissão Especial de Inquérito.

Art. 67. As Comissões Especiais de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

Art. 68. O requerimento de constituição deverá conter:

I - a especificação do fato ou dos fatos a serem apurados;

II - o número de membros que integrarão a Comissão, não podendo ser inferior a três;

III - o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior a 180 dias;

IV - a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Art. 69. Apresentado o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará, de imediato, os membros da Comissão Especial de Inquérito, mediante sorteio dentre os Vereadores desimpedidos.

§ 1º Consideram-se impedidos os vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que forem indicados para servir como testemunha.

§ 2º Não havendo número de vereadores desimpedidos, suficiente para a formação da Comissão, deverá o Presidente da Câmara proceder de acordo com o disposto no Regimento Interno.

Art. 70. Composta a Comissão Especial de Inquérito, seus membros elegerão, desde logo, o presidente e o relator.

Art. 71. Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionário, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo único. A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Art. 72. As reuniões da Comissão Especial de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Art. 73. Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo presidente, contendo também assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou testemunhas.

Art. 74. Os membros da Comissão Especial de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente:

I - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

Parágrafo único. É de 20 dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Especiais de Inquérito.

Art. 75. No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as Comissões Especiais de Inquérito, através de seu presidente:

I - determinar as diligências que reputarem necessárias;

II - requerer a convocação de Secretário municipal;

III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

Art. 76. O não atendimento das determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário.

Art. 77. As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas de falso testemunho previstas na legislação penal e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do artigo 218 do Código de Processo Penal.

Art. 78. Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em Reunião Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo único. Esse requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de um terço dos membros da Câmara.

Art. 79. A Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II - a exposição e análise das provas colhidas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal, e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

Art. 80. Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

Art. 81. Rejeitado o relatório a que se refere o artigo anterior, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 82. O relatório será assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo único. Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado, nos termos regimentais.

Art. 83. Elaborado e assinado o relatório final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira Reunião Ordinária subsequente.

Art. 84. A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Especial de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Art. 85. O relatório final deverá ser apreciado pelo Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

Seção XIII

Do Suplente

Art. 86. O suplente de vereador da Câmara Municipal sucederá o titular no caso de vaga e o substituirá nos casos de impedimento.

Art. 87. O suplente de vereador, quando no exercício do mandato tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e impedimentos do titular e como tal deve ser considerado.

Seção XIV

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 88. O Processo Legislativo municipal, sucessão ordenada de atos necessários à formação de proposições com força de lei, compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - resoluções;

V - decretos legislativos;

VI - revogado.

Parágrafo único. O Município poderá dispor, através de lei complementar, sobre a elaboração dos atos normativos, previstos nos incisos I a V deste artigo.

Subseção II

Da Emenda à Lei Orgânica

Art. 89. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - da maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - de 5% dos eleitores do Município;

III - do Prefeito municipal.

§ 1º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada a que obtiver, nos dois turnos de votação, voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem, salvo em caso de revisão geral, onde será promulgada em Reunião Solene, devendo a mesma ser impressa e distribuída à população.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 90. Não será objeto de deliberação a proposta de Emenda à Lei Orgânica tendente a ofender ou abolir:

I - revogado;

II - revogado;

III - revogado;

IV - revogado.

Art. 91. A matéria constante de proposta de Emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Subseção III

Das Medias Provisórias

Art. 92. Revogado.

Parágrafo único. Revogado.

Subseção IV
Das Leis Complementares

Art. 93. Observado o Processo Legislativo das leis ordinárias, a aprovação de lei complementar exige o *quorum* da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. São leis complementares, além de outras indicadas nesta Lei, as que disponham sobre:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Plano Diretor;

IV - Código de Posturas;

V - Estatuto dos Servidores Municipais;

VI - Lei Orgânica da Guarda Municipal;

VII - criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de sua remuneração;

VIII - zoneamento urbano, uso e ocupação do solo;

IX – Lei de Organização Administrativa; (Emenda n.º 02/2007)

X – qualquer outra codificação. (Emenda n.º 02/2007)

Subseção V
Das Leis

Art. 94. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, à Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos eleitores do Município na forma legalmente permitida.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito municipal, as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da Administração direta, indireta e fundacional;

II – servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.

Art. 95. O Prefeito municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa.

§ 1º Se no caso do *caput*, a Câmara Municipal não se manifestar sobre o projeto de lei em até 15 dias, a proposição será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a votação *in fine* quanto aos demais assuntos, para que se ultime a sua deliberação, com exceção do que se refere à votação das leis orçamentárias.

§ 2º O prazo referido neste artigo não corre em período de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

Art. 96. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal;

II - em projetos de leis de iniciativa do Vereador.

Art. 97. Aprovado o projeto de lei, o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 15 dias úteis, enviará o autógrafa ao Prefeito municipal, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Prefeito municipal importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado pela Câmara Municipal em Sessão Plenária, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, e só será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto de lei retornará ao Prefeito municipal, que terá o prazo de 48 horas para promulgá-lo.

§ 6º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia das sessões subseqüentes, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º Nos casos dos parágrafos 3º e 5º, se a lei não for promulgada, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, dentro de 48 horas e, não o fazendo, caberá ao Vice-presidente fazê-lo sob pena de perda do cargo de Vice-presidente.

§ 8º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 9º Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 98. O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, em todas as Comissões Permanentes, será considerado prejudicado, implicando o seu arquivamento, salvo deliberação em contrário pelo plenário por maioria absoluta.

Art. 99. A matéria constante do projeto de lei ou processo rejeitado somente poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara. (Redação pela Emenda n.º 06/2007)

Subseção VI

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções

Art. 100. As proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de iniciativa e competência exclusiva da Câmara são:

I - decreto legislativo, de efeitos externos;

II - resolução, de efeitos internos.

Parágrafo único. Os projetos de Decreto Legislativo e de Resolução, aprovados pelo Plenário em um só turno de votação, não dependem de sanção do Prefeito municipal, sendo promulgados pelo Presidente da Câmara.

Art. 101. O Regimento Interno da Câmara disporá sobre as matérias objeto de Decreto Legislativo e de Resolução, cuja elaboração, redação, alteração e consolidação serão feitas com observância da mesma técnica relativa às leis.

Seção XV

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

Art. 102. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas próprias ou repassadas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, conforme previsto em lei.

§ 1º O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 2º O parecer prévio anual, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de MG, só será rejeitado pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas do Município deverão ficar anualmente, durante 60 dias, à disposição de qualquer contribuinte, em local de fácil acesso, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.

§ 4º Qualquer munícipe, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 5º O Prefeito deverá encaminhar até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, à Câmara Municipal, os balancetes contábeis e orçamentários, juntamente com cópias dos documentos correspondentes aos procedimentos licitatórios feitos naquele período, colocando à disposição dos Vereadores, sempre que solicitado, cópias dos respectivos documentos que deram origem às operações escrituradas.

Art. 103. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades de administração indireta manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos planos plurianuais e a execução de programas de governo e orçamentos;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta e das aplicações de recursos públicos por entidade de direito privado;

III – exercer o controle de operações de crédito, avais e garantias, e o de direitos e haveres;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 104. Prestará contas, conforme estabelecido pela legislação pertinente, toda pessoa física, entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos do Município ou que por eles responda, ou que, em nome deste, assuma obrigação de natureza pecuniária.

Seção XVI

Do Plebiscito e do Referendo

Art. 105. Mediante proposta fundamentada da maioria dos membros da Câmara Municipal ou de 5% dos eleitores inscritos no Município e aprovação do Plenário por dois terços de votos favoráveis, será submetida a plebiscito ou referendo questão de relevante interesse do Município ou do Distrito.

§ 1º Aprovada a proposta, caberá ao Legislativo, no prazo máximo de 30 dias, a convocação do plebiscito ou referendo a ser realizado pela Justiça Eleitoral, conforme dispõe a legislação federal.

§ 2º Só poderá ser realizado um plebiscito ou referendo em cada Sessão Legislativa.

§ 3º A proposta que já tenha sido objeto de plebiscito ou referendo somente poderá ser apresentada depois de dois anos de carência.

Art. 106. Convocado o plebiscito ou referendo, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto de consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 107. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos desta Lei, será considerado aprovado ou rejeitado, por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

Seção I
Do Prefeito

Art. 108. O Poder Executivo do Município é exercido pelo Prefeito municipal, auxiliado pelos Secretários municipais ou equivalentes.

Subseção única
Da Posse e do Exercício

Art. 109. O Prefeito tomará posse na Sessão Solene de Instalação da legislatura, logo após a dos Vereadores, prestando, a seguir, o compromisso de “PROMETO, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JURUAIA, MG, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E DE SEU POVO”.

§ 1º Para a posse, o Prefeito se desincompatibilizará de qualquer atividade que, de fato ou de direito, seja inconciliável com o exercício do mandato.

§ 2º Se o Prefeito não tomar posse nos dez dias subseqüentes fixados para tal, salvo motivo relevante aceito pela Câmara Municipal, seu cargo será declarado vago, por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º No ato de posse e ao deixar o cargo o Prefeito apresentará declaração de bens à Câmara Municipal.

Art. 110. O exercício do mandato dar-se-á, automaticamente, com a posse, assumindo o Prefeito todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.

Seção II
Das Atribuições

Art. 111. Ao Prefeito compete:

- I - representar o Município em juízo ou fora dele;
- II - iniciar o Processo Legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Lei;
- III - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara;
- V - expedir decretos e regulamentos para fiel execução da legislação municipal;
- VI - prestar, à Câmara Municipal, dentro de 20 dias úteis, após protocolado o pedido, as informações solicitadas;

- VII - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente;
- VIII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
- IX - expedir os atos próprios da atividade administrativa;
- X - declarar estado de calamidade pública;
- XI - desapropriar bens;
- XII - instituir servidões administrativas;
- XIII - alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal;
- XIV - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, na forma da lei;
- XV - contratar terceiros para a execução de serviços públicos, na forma da lei;
- XVI - dispor sobre a execução orçamentária;
- XVII - superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos;
- XVIII - aplicar as multas previstas em leis e contratos;
- XIX - fixar os preços dos serviços públicos;
- XX - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante autorização da Câmara Municipal;
- XXI - remeter à Câmara Municipal os recursos orçamentários que devam ser despendidos de uma só vez, até o dia 20 do mês em curso
- XXII - remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas da dotação orçamentária que devem ser despendidas por duodécimos;
- XXIII - *revogado*; (Emenda n.º 01/2007)
- XXIV - abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, em caráter excepcional, comunicando imediatamente o fato à Câmara Municipal;
- XXV - prover os cargos públicos;
- XXVI - expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XXVII - determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo;
- XXVIII - aprovar, após o parecer do órgão competente, projetos de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXIX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas sobre matéria de competência do Executivo Municipal;

XXX - oficializar, obedecidas às normas urbanísticas, os logradouros públicos;

XXXI - encaminhar ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas do Município, relativa ao exercício anterior;

XXXII - remeter à Câmara Municipal, até 15 de abril de cada ano, o relatório sobre a situação geral da Administração Municipal;

XXXIII - solicitar o auxílio dos órgãos de segurança, quando necessário, para o cumprimento de seus atos;

XXXIV - transferir, temporária ou definitivamente, a sede da Prefeitura;

XXXV - exercer, com o apoio dos auxiliares diretos, a direção superior da Administração Municipal, bem como outras atribuições previstas nesta Lei;

XXXVI – enviar até o 20º dia do mês subsequente, à Câmara Municipal, os balancetes contábeis e orçamentários, juntamente com cópias dos documentos correspondentes aos procedimentos licitatórios feitos naquele período, assim como a remessa de cópias dos empenhos daquele período, acompanhados de notas fiscais e outros documentos que os instruíram, bem como colocando à disposição dos Vereadores, sempre que solicitado, cópias de quaisquer outros documentos que deram origem às operações escrituradas. (Emenda n.º 03/2007)

XXXVII – revogado.

Parágrafo único. O Prefeito poderá delegar por decreto, as atribuições mencionadas nos incisos IX, XV, XVIII, XIX, XXVIII e XXIX, aos auxiliares diretos que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Seção III

Dos Direitos e Deveres

Art. 112. São, entre outros, direitos do Prefeito:

I - julgamento pelo Tribunal de Justiça, nas contravenções e nos crimes comuns e de responsabilidade;

II - inviolabilidade por opiniões e conceitos emitidos no exercício do cargo;

III - prisão especial;

IV - remuneração mensal condigna;

V - licença, nos termos desta Lei;

VI – décimo-terceiro salário anual;

VII - gozar férias de 30 dias anuais em data de sua melhor conveniência, vedada sua transformação em pecúnia.

Art. 113. São, entre outros, deveres do Prefeito:

I - respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município e as leis do País e tratar com respeito e dignidade os Poderes constituídos e seus representantes;

II - planejar as ações administrativas, visando a sua transparência, eficiência, economia e à participação comunitária;

III - tratar com dignidade o Legislativo Municipal, colaborando para o seu bom funcionamento e respeitando seus membros;

IV - atender às convocações, prestar esclarecimentos e informações, no tempo e forma regulares, solicitados pela Câmara Municipal, após aprovação pelo Plenário;

V - colocar à disposição da Câmara, no prazo estipulado, as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

VI - encaminhar ao Tribunal de Contas, no prazo estabelecido, as contas municipais do exercício anterior;

VII - deixar, conforme regulado nos parágrafos 3º e 4º, do artigo 101, desta Lei, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, durante 60 dias, as contas municipais, de forma a garantir-lhes a compreensão, o exame e a apreciação.

Art. 114. Os direitos e deveres previstos nos artigos anteriores são extensivos, no que couber, ao substituto ou sucessor do Prefeito.

Subseção I

Da Licença

Art. 115. O Prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de 15 dias consecutivos, sob pena de cassação do mandato.

Art. 116. O Prefeito somente poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença, devidamente comprovada;

II - por motivo de licença gestante;

III - em razão de serviço ou missão de representação do Município.

§ 1º O Regimento Interno da Câmara Municipal disciplinará o pedido e a aprovação, pelo Plenário, das licenças previstas neste artigo.

§ 2º O Prefeito regularmente licenciado, nos termos dos incisos I, II e III deste artigo, terá direito a perceber seu subsídio integralmente.

Art. 117. Considerar-se-á automaticamente licenciado o Prefeito afastado pela Câmara Municipal nos termos do artigo 127.

Subseção II

Do Subsídio

Art. 118. O subsídio do Prefeito e do Vice-prefeito será fixado pela Câmara Municipal, no último ano da legislatura até 30 dias antes das eleições, vigorando para a legislatura subsequente, por lei de iniciativa do Poder Legislativo, assegurada a revisão anual, sempre na mesma data, e sem distinção de índices dos que forem concedidos para os servidores locais.

Art. 119. O subsídio do Prefeito e do Vice-prefeito será fixado determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, estabelecido em parcela única e atendendo o limite constitucional.

Parágrafo único. Não fará jus ao subsídio o Prefeito que, até 30 dias antes do término do mandato, não apresentar ao Presidente da Câmara a competente declaração de bens atualizada.

Art. 120. Não fará jus ao subsídio, o Prefeito afastado nos termos do artigo 127.

Subseção III

Da Responsabilidade

Art. 121. O Prefeito, observado o que estabelece o artigo 29, inciso X, da Constituição Federal, em razão de seus atos, contravenções penais, crimes comuns e de responsabilidade e infrações político-administrativas, será processado, julgado e apenado em processos independentes.

Seção IV

Das Incompatibilidades

Art. 122. O Prefeito não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;
- c) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.

II - desde a posse:

- a) exercer cargo, função ou emprego público em qualquer uma das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;
- b) participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;
- c) exercer outro mandato público eletivo.

Parágrafo único. Não se considera contrato de cláusulas uniformes aquele decorrente de procedimento licitatório.

Seção V
Da Perda do Mandato

Art. 123. Ocorre a perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação.

Subseção I
Da Extinção do Mandato

Art. 124. Extingue-se o mandato do prefeito e assim será declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

I - ocorrer o falecimento;

II - ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III - ocorrer condenação criminal transitada em julgado;

IV - incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo Presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;

V - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista.

§ 1º Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para os fins deste artigo, quando protocolada nos serviços administrativos da Câmara Municipal.

§ 2º Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira reunião, o comunicará ao Plenário e fará constar da Ata a declaração da extinção do mandato, garantido o direito à ampla defesa, e convocará o substituto legal para a posse.

§ 3º Se a Câmara Municipal estiver em recesso, será imediatamente convocada pelo seu Presidente para os fins do parágrafo anterior;

§ 4º Vagando o cargo de Prefeito, o Vice assumirá em Sessão Solene na Câmara.

Subseção II
Da Cassação do Mandato

Art. 125. A Câmara Municipal poderá cassar o mandato do Prefeito quando, em processo regular em que lhe é dado amplo direito de defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, concluir-se pela prática de infração político-administrativa.

Art. 126. São infrações político-administrativas:

I - deixar de apresentar a declaração de bens, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 109, desta Lei Orgânica;

II - impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;

III - impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura Municipal, bem como a verificação de obras e serviços por comissões de investigação da Câmara Municipal ou auditoria regularmente constituída;

IV - desatender, sem motivo justo e no prazo legal, os pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular;

V - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei, salvo licença da Câmara Municipal;

VI - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo, aplicável, no que couber, o disposto no inciso III do artigo 61 desta Lei.

Parágrafo único. Sobre o substituto do Prefeito incidem as infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 127. Aplica-se ao processo de cassação do mandato do prefeito o disposto nos artigos 62 e 64 desta Lei.

Art. 128. A Câmara Municipal poderá afastar o Prefeito:

- I. quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros;
- II. quando a denúncia pela prática de crime comum, de responsabilidade ou ato de improbidade administrativa for recebida pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o final do julgamento.

Seção VI

Do Vice-prefeito

Art. 129. O Vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Prefeito, auxiliará a este, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 130. Observar-se-á, no que couber, quanto ao Vice-prefeito, relativamente à posse, ao exercício, aos direitos e deveres, às incompatibilidades e impedimentos, à declaração de bens e às licenças, o que esta Lei estabelece para o Prefeito e o que lhe for especificamente determinado.

Parágrafo único. Será extinto, e assim declarado pelo Presidente da Câmara Municipal, o mandato do Vice-prefeito que se recusar a substituir ou a suceder o Prefeito nos casos de impedimento ou vacância.

Art. 131. Cabe ao Vice-prefeito:

I - substituir o Prefeito nos casos de licença e suceder-lhe nos de vaga, observado o disposto nesta Lei;

II - auxiliar na direção da Administração Pública Municipal, conforme lhe for determinado pelo Prefeito ou estabelecido em lei.

§ 1º Por nomeação do Prefeito, o Vice-prefeito poderá ocupar cargo de provimento em comissão na Administração direta ou cargo, emprego ou função na Administração descentralizada, devendo optar por uma das remunerações.

§ 2º Revogado.

Seção VII

Da Substituição e da Sucessão

Art. 132. O Vice-prefeito substitui o Prefeito nos casos de licença e sucede-lhe nos de vaga.

Parágrafo único. Considera-se vago o cargo de Prefeito, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer morte, renúncia ou perda do mandato.

Art. 133. Nos casos de licença do Prefeito e do Vice-prefeito ou de vacância dos respectivos cargos, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período se as vagas tiverem ocorrido na segunda metade do mandato.

Parágrafo único. Se as vagas tiverem ocorrido na primeira metade do mandato, far-se-á eleição direta, na forma da legislação eleitoral e no prazo máximo de 90 dias, cabendo aos eleitos completar o período.

Art. 134. Os substitutos legais do Prefeito não poderão recusar a substituição ou a sucessão, sob pena de extinção dos respectivos mandatos.

Parágrafo único. Enquanto o substituto legal não assumir, responderá pelo expediente da Prefeitura o servidor responsável pelos negócios jurídicos do Município.

Seção VIII

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 135. São auxiliares diretos do Prefeito os ocupantes de cargo, emprego ou função, de livre nomeação e exoneração, pertencentes ao primeiro escalão da Administração Municipal.

Art. 136. O Secretário municipal, ou equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara para expor assuntos e discutir projetos de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com as atribuições de sua competência.

Art. 137. Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, emprego ou função e terão as mesmas incompatibilidades e impedimentos dos Vereadores, enquanto neles permanecerem.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Seção I

Princípios Gerais

Art. 138. A Administração Pública direta e indireta do Município de Juruia obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência e demais preceitos previstos na Constituição Federal, inclusive no que respeita às obras, aos serviços, às compras e às alienações.

Seção II

Dos Servidores Municipais

Art. 139. Lei municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores municipais, observado o disposto na Constituição Federal e no Estatuto Municipal dos Servidores Públicos.

Parágrafo único. Ao servidor público civil estável, que ocupar presidência de sindicato da categoria, é garantido o direito de se afastar do cargo efetivo, percebendo os vencimentos integrais até o final do mandato eletivo sindical.

Art. 140. Lei municipal disporá, especialmente, sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, sua forma de provimento, plano de carreiras e sistema remuneratório, observado o disposto na Constituição Federal.

Art. 141. O Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, instituído por lei municipal e integrado por servidores dos Poderes locais, atenderá ao disposto na Constituição Federal.

Seção III

Da Guarda Municipal

Art. 142. Lei municipal, de iniciativa privativa do Executivo, poderá instituir guarda municipal destinada à proteção dos bens, aos serviços e às instalações do Município e de suas entidades da Administração indireta, autárquica e fundacional.

Seção IV

Dos Serviços Públicos Municipais

Art. 143. Os serviços públicos constituem dever do Município.

Art. 144. Ao usuário dos serviços públicos fica garantida sua prestação compatível com a dignidade humana e com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade de tarifas.

Art. 145. Os serviços públicos municipais serão prestados pelo Poder Público, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, nos termos desta Lei e de lei federal.

Art. 146. Serão considerados serviços públicos os serviços de utilidade pública assim instituídos por lei municipal que os regulamente.

Art. 147. Lei municipal disporá sobre:

I - o regime de concessões e permissões de serviços públicos, o caráter especial do respectivo contrato, prazo de duração, condições de caducidade, fiscalização e rescisão das outorgas;

II - o direito dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Art. 148. Os serviços públicos prestados indiretamente pelo Município dependerão de licitação prévia para a outorga, sendo de obrigatória observância os princípios gerais consignados em lei federal, que dispõe sobre normas gerais de licitação.

Seção V

Dos Bens Municipais

Art. 149. Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ou vierem a pertencer ao Município.

Art. 150. Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles que estiverem sob sua administração.

Art. 151. A alienação dos bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecerá à legislação federal pertinente.

Parágrafo único. A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial será precedida de:

I - interesse público devidamente justificado;

II - autorização legislativa;

III - avaliação;

IV - desafetação.

Art. 152. O Município, preferencialmente à venda ou à doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.

Art. 153. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 154. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

§ 1º A concessão administrativa de bens públicos de uso dominial dependerá de autorização legislativa e licitação.

§ 2º A concessão administrativa de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.

§ 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de Decreto.

§ 4º A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, pelo prazo máximo de 120 dias, prorrogável por igual período, no máximo, uma vez.

CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 155. O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num processo de planejamento de caráter permanente, com a cooperação das associações representativas da população.

Parágrafo único. Considera-se processo de planejamento, cumulativamente:

I - a elaboração dos planos gerais e específicos, voltados ao desenvolvimento do Município e ao ordenamento de suas funções públicas;

II - a implantação, o acompanhamento, a avaliação e a reelaboração sistemática das diretrizes e proposições em geral constantes dos planos;

III - a manutenção e funcionamento do sistema de planejamento, que articula a participação da Administração e da população do Município;

IV - a manutenção e atualização constante do Sistema Municipal de Informações, que fornece as bases técnicas para a elaboração dos planos e suas revisões e atualizações;

V - a ação planejada do Município junto aos órgãos, entidades e sistemas regionais dos quais participa.

Art. 156. Os planos integrantes do processo de planejamento fornecerão as orientações e diretrizes a serem obedecidas normativamente pelos diversos setores do Poder Público atuantes no Município e as indicações para as ações do setor privado no sentido do seu desenvolvimento.

§ 1º Integram o processo de planejamento os seguintes planos:

I - planos gerais, assim entendidos aqueles que abordam a realidade do Município em seu conjunto, dispondo sobre todas as esferas e campos de atuação do Poder Público e da comunidade, compreendendo:

- a) Plano Diretor;
- b) Plano Plurianual;

II - planos específicos, assim entendidos aqueles que abordam ou dispõem sobre campos ou temas precípuos da realidade do Município e que se classificam nas categorias:

- a) planos setoriais, referidos aos setores técnicos segundo os quais se organiza a ação do Poder Público;
- b) planos temáticos, referidos a campos ou temas singularizados que não se conotem como setores de atuação técnica do Poder Público;
- c) planos urbanísticos, referidos a subunidades espaciais especialmente designadas no Plano Diretor para essa finalidade.

§ 2º Os planos vinculam os atos dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

§ 3º O Plano Plurianual e os planos específicos seguirão as orientações e diretrizes contidas no Plano Diretor, não podendo contrariá-las ou desviá-las.

Art. 157. O Sistema Municipal de Informações manterá, permanentemente atualizados, os dados, indicadores, informações qualitativas e gerenciais adequados à sustentação do processo de planejamento, à tributação, ao suporte à tomada de decisões da alta autoridade municipal, à organização das ações setoriais, à comunicação social do Poder Público e ao esclarecimento da população sobre a realidade local e a ação da Administração.

§ 1º Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer ao Município, nos termos da lei, todos os dados necessários ao Sistema Municipal de Informações.

§ 2º É franqueada a consulta, por parte da população, ao Sistema Municipal de Informações, admitida a cobrança aos interessados dos custos de verificação e fornecimento da informação solicitada.

Art. 158. São instrumentos de implantação dos planos integrantes do processo de planejamento permanente do Município, devendo, obrigatoriamente, com estes guardar compatibilidade:

I - legislação do meio ambiente e o ordenamento do uso e ocupação do solo;

II - o Código de Obras;

III - o Código de Posturas Municipais;

IV - os programas de obras e prestação de serviços municipais, de infra-estrutura e sociais;

V - as diretrizes e programações orçamentárias.

§ 1º A legislação de meio ambiente e ordenamento do uso e ocupação do solo disporá sobre as intervenções em geral, os empreendimentos de parcelamento, infra-estrutura e edificação, a localização e o exercício de atividades, considerados, sempre, em relação ao sítio, aos ecossistemas e às estruturas de assentamento no território do Município.

§ 2º O Código de Obras disporá sobre os aspectos de segurança, conforto e higiene das obras de infra-estrutura, edificações e instalações, singularmente consideradas.

§ 3º O Código de Posturas Municipais disporá sobre implementos visuais, o mobiliário urbano, a manutenção e uso dos logradouros e bens de uso comum do povo e dos próprios municipais, bem como sobre os procedimentos a serem observados, pela Administração, na manutenção, e no uso, por parte da população, dos serviços públicos locais.

§ 4º Lei complementar ordenará e disciplinará o processo de planejamento permanente do Município e a participação da população neste processo, devendo dispor, sem prejuízo de outros eventualmente pertinentes, sobre os seguintes assuntos:

I - competência, organização, integração e participação da Administração e da população no sistema de planejamento;

II - funções e conteúdos mínimos ou típicos dos planos das diferentes categorias que integram o processo de planejamento;

III - regime de planejamento, abrangendo a vigência dos planos e a sistemática de sua elaboração, discussão e encaminhamento à aprovação, assegurada nesta sistemática a participação direta da população.

CAPÍTULO III DAS CONTAS E DOS ATOS MUNICIPAIS

Seção I

Do Exame Público das Contas Municipais

Art. 159. As contas do Município ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos dispostos em lei municipal.

Seção II

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 160. A publicação das leis e atos municipais será feita pelo Diário Oficial do Município.

§ 1º Inexistindo o Diário Oficial do Município, as publicações de que trata este artigo serão feitas em jornal local e, na sua inexistência, em jornal regional editado no Município mais próximo, com circulação local, além da obrigatória afixação dos atos administrativos nos quadros próprios da Prefeitura e Câmara Municipal.

§ 2º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º Os atos de efeitos externos só produzirão resultados após a sua publicação.

§ 4º A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais, deverá ser feita por licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 5º O órgão de imprensa a que se refere o parágrafo anterior será considerado o veículo oficial de divulgação dos atos locais.

Seção III

Do Registro

Art. 161. O Município terá os livros necessários aos seus serviços e, obrigatoriamente, os de:

I - termo de compromisso e posse;

II - declaração de bens e renda;

III - atas das Sessões da Câmara;

IV - registro de Leis, Decretos, Resoluções, Regulamentos, Instruções e Portarias;

V - cópia de correspondência oficial;

VI - protocolo;

VII - licitações e contratos para obras e serviços;

VIII - contratos de servidores;

IX - contratos em geral;

X - contabilidade e finanças;

XI - concessões e permissões de bens imóveis e de serviços;

XII - tombamento de bens imóveis;

XIII - registro de loteamentos aprovados.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim, podendo valer-se de sistemas informatizados.

§ 2º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticados, podendo ser realizado por meio magnético, ou através de arquivamento de dados via computador, sempre com cópia de segurança.

§ 3º Em se adotando meio computadorizado para elaboração de documentos referidos nos incisos, anualmente e coincidente com o ano civil, deverá ser impressa a documentação e encadernada nos respectivos livros, obedecidas as disposições constantes do § 1º deste artigo, constando na respectiva capa o assunto de que trata e o ano.

Seção IV

Da Forma

Art. 162. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com observância das seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação e extinção de atribuições não privativa de lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei;
- d) declaração de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa;
- e) aprovação de regulamento ou regimento;
- f) medidas executórias do Plano Diretor do Município;
- g) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos de lei;
- h) fixação e alteração de preços públicos.

II - portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

Parágrafo único. Os atos constantes do inciso II deste artigo, poderão ser delegados.

Seção V Das Certidões

Art. 163. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado que preencha os requisitos do artigo 5º, XXXII e XXXIV da Constituição Federal, no prazo máximo de 20 dias, certidões de atos, contratos e decisões ou informações de interesse particular ou coletivo, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo único. No mesmo prazo deverão ser atendidas as requisições judiciais, se outro prazo não for fixado pelo juiz.

TÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO, DAS FINANÇAS E DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Seção I Dos Tributos

Art. 164. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

- I - os impostos previstos nesta Lei e outros que venham a ser de sua competência;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;

IV - contribuição, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

§ 1º Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Seção II

Dos Impostos Municipais

Art. 165. Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter-vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado e definidos em lei complementar federal.

§ 1º A lei municipal poderá estabelecer alíquotas progressivas do imposto previsto no inciso I, em razão do cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social, para os efeitos do parágrafo anterior, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 3º A progressividade referida no parágrafo 1º o será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, e sua exigência subordinada à edição de lei federal.

§ 4º A progressividade referida no parágrafo anterior será precedida de parcelamento ou edificação compulsórios.

§ 5º Lei municipal estabelecerá critérios objetivos para a edição e atualização da Planta Genérica de Valores de imóveis, de dois em dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I.

§ 6º O imposto previsto no inciso II:

- a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados no patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade

preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locações de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre bem situado no território municipal.

Seção III

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 166. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

V - instituir impostos sobre:

- a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, do Estado e de outros Municípios;
- b) os templos de qualquer culto;
- c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º A proibição do inciso V, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas ou mantidas pelo Município, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados aos seus fins essenciais ou deles decorrentes.

§ 2º As proibições do inciso V, alínea “a” e do parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As proibições expressas no inciso V, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nele mencionadas.

§ 4º Qualquer isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida mediante lei

específica, que regule exclusivamente as matérias enumeradas no parágrafo 3º ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 5º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Art. 167. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Art. 168. É vedada a cobrança de taxas:

I - pelo exercício do direito de petição à Administração Pública em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

II - para a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 169. Leis de iniciativa do Prefeito estabelecerão:

I - o Plano Plurianual;

II - as Diretrizes Orçamentárias;

III - os Orçamentos Anuais.

§ 1º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até o dia 15º dia de cada mês, o Balancete das Contas Municipais.

Art. 170. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o Orçamento Fiscal da Administração direta e indireta;

II - o Orçamento das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Município;

III - o Orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º Os Orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor terão entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre os Distritos do Município, segundo critério populacional.

§ 3º A Lei Orçamentária não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, atendida a legislação pertinente.

Art. 171. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual são de iniciativa exclusiva do Prefeito e serão apreciados pela Câmara Municipal, com observância do artigo 2º do ADCT e dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento:

I - encaminhar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo;

II - aos pareceres de que trata o inciso I deste parágrafo deverão ser emitidos no prazo de 15 dias, a contar do recebimento dos projetos pela respectiva Comissão.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

- a) dotações de pessoal e encargos;
- b) serviço da dívida municipal;

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões;
- b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 5º O Prefeito poderá enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não concluído o parecer da Comissão referida no parágrafo 1º.

§ 6º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 172. Aplicam-se ao Município as vedações expressas no artigo 167 da Constituição Federal.

TÍTULO V
DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I
DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Seção I
Da Política Urbana

Art. 173. A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante a implementação dos seguintes objetivos gerais:

I - ordenação da expansão urbana;

II - integração urbano-rural;

III - prevenção e correção das distorções do crescimento urbano;

IV - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

V - proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico;

VI - controle do uso do solo de modo a evitar:

- a) o parcelamento do solo e a edificação vertical excessivos, com relação aos equipamentos urbanos e comunitários existentes;
- b) a ociosidade, subutilização ou não utilização do solo urbano edificável;
- c) usos incompatíveis ou inconvenientes.

§ 1º A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I - Lei de Diretrizes Urbanísticas do Município;

II - elaboração e revisão de Plano Diretor;

III - leis e planos de controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IV - Código de Obras e Edificações;

V - Código de Posturas Municipais.

Art. 174. No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I - a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

II - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano e do patrimônio histórico-cultural;

III - a criação de área de especial interesse urbanístico, ambiental, turístico, de convivência cultural e de utilização pública.

Art. 175. Para o Município, o princípio da função social da propriedade rural e urbana ou para fins urbanos, cujo objetivo é a realização do desenvolvimento econômico e da justiça social, tem por fim assegurar o uso produtivo para a sociedade, da propriedade imobiliária, seja ela pública ou privada e a não obtenção, pelos proprietários privados, de ganhos decorrentes do esforço de terceiros pertencentes à comunidade.

Art. 176. Lei Complementar disporá, no que couber, sobre o parcelamento do solo, conforme as diretrizes fixadas em lei federal.

Art. 177. O Executivo manterá, na forma da lei, um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, assegurando a participação de membros da sociedade civil e representantes de entidades sociais, o qual terá como objetivo apresentar subsídios para o desenvolvimento econômico do Município.

Seção II

Do Plano Diretor

Art. 178. O Plano Diretor, que servirá como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana, será aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 179. O Plano Diretor deve prever normas de desenvolvimento para todo o território municipal, podendo as disposições serem especiais para a zona rural que atenderá a objetivos diferentes daqueles previstos para a zona urbana.

§ 1º O desenvolvimento municipal, tanto na zona urbana quanto na zona rural, deverá ser executado com atenção à preservação do meio ambiente natural e artificial.

Art. 180. O Plano Diretor deverá contemplar em seus dispositivos os direitos das pessoas portadoras de deficiência, especialmente quanto ao seu acesso a bens, inclusive os privados, e serviços públicos.

Art. 181. O Plano Diretor definirá para cada zona da cidade e para os bens imóveis nela situados, a função social dessas propriedades a fim de alcançar a melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º Deverá o Plano Diretor prever outras leis de natureza urbanística que lhe serão complementares e definir os instrumentos urbanísticos que poderão ser utilizados para a implementação de medidas de urbanização para o atendimento de suas diretrizes.

§ 2º O Plano Diretor deverá apresentar gráficos e mapas de localização das áreas urbanas e rurais onde poderá haver intervenção urbanística, designando seus objetivos fundamentais.

Art. 182. Na definição de requisitos especiais para parcelamento do solo urbano, o Plano Diretor definirá regras voltadas à manutenção do sistema viário oficial, de modo que a implantação de novos núcleos urbanos com a abertura de novas vias não interrompa o sistema viário já existente.

Seção III

Do Sistema Viário e do Transporte

Art. 183. Compete ao Município:

I - organizar e gerir o tráfego local;

II - administrar terminais rodoviários e organizar e gerir o transporte coletivo de passageiros por ônibus;

III - planejar o sistema viário e localização dos pólos geradores de tráfego e transporte;

IV - fiscalizar o cumprimento de horário do transporte coletivo urbano e rural executado pelas empresas concessionárias ou permissionárias;

V - organizar e gerir os fundos referentes à venda de passes e de aquisição de vale-transporte;

VI - organizar e gerir os serviços de táxi e de lotação;

VII - definir e cobrar tarifa para embarque de passageiros através de decreto;

VIII - regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte escolar, fretamento e transportes especiais de passageiros;

IX - implantar sinalização, obstáculos, parada de ônibus e áreas de estacionamento;

X - manter as vias públicas em perfeito estado de conservação e uso.

Art. 184. A lei disporá sobre a composição, à atribuição e o funcionamento do Conselho Municipal de Trânsito, atendida a legislação pertinente.

Art. 185. O Município poderá implantar vias expressas, marginais à rodovia e estradas vicinais, visando facilitar a instalação de novos distritos industriais.

Seção IV

Da Política Rural

Art. 186. O município adotará programas de desenvolvimento rural destinado a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar e promover o bem-estar e fixação do homem no campo.

§ 1º Os programas de que trata este artigo deverão ser compatíveis com a política agrícola estabelecida União e pelo Estado.

§ 2º Serão assegurados, no planejamento e execução da política rural e participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento, de transporte e de abastecimento, levando em conta, especialmente:

I – os instrumentos fiscais;

II – o incentivo a pesquisa tecnológica e científica, com divulgação de seus resultados;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – o cooperativismo;

V – a irrigação e eletrificação.

Art. 187. O Município, em sua política rural, observará dentre outros, em estreita colaboração com a União e o Estado, as seguintes diretrizes:

I – combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos;

II – repressão ao uso de anabolizante;

III – combate à erosão;

IV – preservação e controle da saúde animal;

V – incentivo e implantação de técnicas que possibilitam melhor aproveitamento agropecuário;

VI – incentivo à política adequada ao escoamento da produção, inclusive adequação do sistema viário;

VII – preservação do meio ambiente;

VIII – incentivo ao reflorestamento, principalmente às margens da bacia hidrográfica;

IX – preservação e fiscalização dos mananciais, especialmente da vegetação que os protegem;

X – incentivo ao uso de tecnologia adequada ao manejo do solo;

XI – celebração de convênio, visando entre outros:

a) oferecimento de assistência técnica ao pequeno produtor rural, e suas formas associadas;

b) serviços de mecanização agrícola ao pequeno produtor rural, com prioridade àqueles que possuem até 10 (dez) hectares de terra, quando possível;

XII – apoio às iniciativas de comercialização direta entre pequenos produtores rurais e consumidores com a criação de feiras livres ou mercado municipal;

XIII – incentivo à formação de centro comunitários rurais.

Art. 188. Visando o bem-estar e a fixação do homem no campo, o Município, dentro de seu programa de desenvolvimento rural, procurará, em interação com a União, o Estado e Entidades Representativas, oferecer às Comunidades agrícolas melhores condições de Saúde, Comunicação, Transporte coletivo, Lazer e Educação.

TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DO SANEAMENTO

Seção I Do Meio Ambiente

Art. 189. O Município promoverá os meios necessários para a satisfação do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. As práticas educacionais, culturais, desportivas e recreativas municipais terão como um de seus aspectos fundamentais a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população local.

Art. 190. O Município, com a colaboração da comunidade, tomará todas as providências necessárias para:

I - proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar, em seu território, o patrimônio genético;

II - evitar, no seu território, a extinção das espécies;

III - prevenir e controlar a poluição, a erosão e o assoreamento;

IV - exigir estudo prévio de impacto ambiental, para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, especialmente de pedreiras, dentro de núcleos urbanos;

V - exigir a recomposição do ambiente degradado por condutas ou atividades ilícitas ou não, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

VI - definir sanções municipais aplicáveis nos casos de degradação do meio ambiente;

VII - fiscalizar as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitando os infratores a sanções administrativas, além de exigir a reparação dos danos causados.

Art. 191. A política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município deverá ser compatível com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações que, direta ou indiretamente, sejam prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade ou ocasionem danos ao ecossistema em geral.

Art. 192. O Poder Público instituirá Plano de Proteção ao Meio Ambiente, prescrevendo as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio ecológico.

§ 1º Inclui-se no Plano de Proteção ao Meio Ambiente a descrição detalhada das áreas de preservação ambiental no Município.

§ 2º O Plano de Proteção ao Meio Ambiente mencionado no *caput* deste artigo será elaborado e supervisionado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, cuja criação, atribuições e composição serão definidas em lei, garantida a participação da comunidade, como órgão consultivo no planejamento da política ambiental do Município.

Art. 193. O Município poderá promover, através de incentivos fiscais a integração da iniciativa privada na defesa do meio ambiente.

Seção II

Dos Recursos Naturais

Art. 194. São áreas de proteção permanente do Poder Público:

I - as nascentes, os mananciais e as matas ciliares;

II - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso e reprodução de espécies migratórias;

III - as paisagens notáveis;

IV - as cavidades naturais subterrâneas.

Parágrafo único. As áreas declaradas de preservação ambiental serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitidas atividades que degradem o meio ambiente ou que, por qualquer forma, possam comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a declaração.

Art. 195. O Município protegerá e conservará as águas para prevenir seus efeitos adversos, instituindo as áreas de preservação das águas utilizáveis para abastecimento às populações e para implantação, conservação e recuperação de matas ciliares.

Art. 196. Aquele que explorar recursos naturais dentro dos limites do Município, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 197. Caberá ao Município, no campo dos recursos hídricos, entre outras medidas:

I - instituir programas permanentes de racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e à irrigação, bem como de combate às inundações e à erosão urbana e rural e de conservação do solo e da água;

II - estabelecer medidas para proteção e conservação das águas superficiais e subterrâneas e para sua utilização racional, especialmente daquelas destinadas ao abastecimento público;

III - celebrar convênio com o Estado para a gestão das águas de interesse exclusivamente local;

IV - exigir, quando da aprovação dos loteamentos, a completa infra-estrutura urbana, correta drenagem das águas pluviais, proteção do solo superficial e reserva de áreas destinadas ao escoamento de águas pluviais e à canalização de esgotos públicos, em especial nos fundos de vale.

Seção III

Do Saneamento

Art. 198. O Município estabelecerá a coleta diferenciada de resíduos industriais, hospitalares, de clínicas médicas, odontológicas, farmácias, laboratórios de patologia, núcleos de saúde e outros estabelecimentos que possam ser portadores de agentes patogênicos.

Parágrafo único. O tratamento dos resíduos mencionados neste artigo será feito através de aterro sanitário, de incineração ou de outros meios, podendo, para sua implantação, o Executivo recorrer à formação de consórcio, inclusive com outros Municípios.

Art. 199. O Município indicará a área fora do perímetro urbano, para depósito dos resíduos não elencados no artigo anterior.

Art. 200. O Município prestará orientação e assistência sanitária às localidades desprovidas de sistema público de saneamento básico e à população rural, incentivando e disciplinando a construção de poços e fossas tecnicamente apropriados e instituindo programas de saneamento.

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Saúde

Art. 201. A saúde é direito de todos e dever do Município.

Art. 202. O Município garantirá o direito à saúde mediante:

I - políticas que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e à redução do risco de doenças e outros agravos;

II - acesso universal e igualitário às ações e ao serviço de saúde, em todos os níveis;

III - direito à obtenção de informações e esclarecimentos de interesse da saúde individual e coletiva, assim como das atividades desenvolvidas pelo sistema;

IV - atendimento integral do indivíduo, abrangendo a promoção, a preservação e a recuperação de sua saúde.

Art. 203. As ações e os serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Município dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

§ 1º As ações e os serviços de preservação da saúde abrangem o ambiente natural, os locais públicos e os de trabalho.

§ 2º As ações e os serviços de saúde serão realizados, preferencialmente de forma direta, pelo Município ou através de terceiros e pela iniciativa privada ou mediante consórcio com outros Municípios.

Art. 204. Ao Município compete:

I - gerenciar e executar as políticas e os programas com impacto sobre a saúde individual e coletiva;

II - assegurar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde, que terão sua composição, organização e competência fixadas em lei, a fim de ser garantida a participação de representantes da comunidade, em especial dos trabalhadores, entidades e prestadores de serviços na área da saúde, em conjunto com o Município, no controle das políticas de saúde, bem como na fiscalização e no acompanhamento das ações de saúde, nos termos da legislação federal;

III - assegurar a universalização do atendimento com igual qualidade, com instalações e acesso a todos os níveis de serviços de saúde, à população urbana e rural;

IV - assegurar a gratuidade dos serviços de saúde prestados, vedada a cobrança de despesas, suplementação de quaisquer pagamentos e de taxas sob qualquer título.

Seção II Da Assistência Social

Art. 205. A assistência social será prestada a quem dela necessitar e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência física e mental e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 206. A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 207. Para a implantação da política municipal de assistência social é facultado ao Município:

I - firmar convênio com entidade pública ou privada para prestação de serviços de assistência social à comunidade local;

II - celebrar consórcio com outros Municípios, visando ao desenvolvimento de serviços comuns de assistência social.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Seção I Da Educação

Art. 208. A Educação, ministrada com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes da Constituição Federal e inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por fim:

I - a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Município, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

II - o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;

III - o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV - o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;

V - o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que lhes permitam vencer as dificuldades do meio, preservando-o;

VI - a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural;

VII - a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo;

VIII - o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

Art. 209. O Município garantirá atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 210. A lei regulará a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Seção II Da Cultura

Art. 211. O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, nos termos da Constituição Federal e com a participação da comunidade, especialmente mediante:

I - oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;

II - a proteção dos locais e objetos de interesse histórico, cultural e paisagístico;

III - incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais;

IV - criação e manutenção de núcleos culturais distritais e de espaços públicos devidamente equipados, para a formação e difusão das expressões artístico-culturais populares;

V - criação e manutenção de bibliotecas públicas nos distritos e bairros da cidade, garantido o acesso aos seus acervos, bem como a museus, arquivos e congêneres;

VI - celebração de convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas e privadas, para prestação de orientação e assistência à criação e manutenção de bibliotecas públicas na sede dos distritos e nos bairros;

VII - promoção e valorização dos profissionais da cultura.

Art. 212. A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Cultura.

CAPÍTULO IV DOS ESPORTES, DO LAZER E DO TURISMO

Art. 213. O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras organizadas pela população em forma regular.

Art. 214. O Município incentivará a prática de atividades de lazer, como forma de integração social, mediante:

I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados, como base física de lazer;

II - construção e manutenção de parques infantis, centros de juventude e de convivência comunitária, adequados à prática de esportes e lazer;

III - aproveitamento dos recursos naturais para a prática de atividades de lazer e turismo;

IV - práticas excursionistas;

V - adequação dos locais já existentes e previsão das medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes e atividades de lazer por parte das pessoas portadoras de deficiência, idosos e gestantes, de maneira a integrá-los aos demais cidadãos.

Art. 215. As atividades esportivas e de lazer implementadas pelo Município serão desenvolvidas de forma articulada com as atividades culturais, visando à implantação e ao desenvolvimento do turismo local.

CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO À FAMÍLIA, À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE, AO IDOSO E ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Art. 216. Cabe ao Município, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

Art. 217. O Município promoverá programas especiais, admitida a participação de entidades não-governamentais, tendo como propósito:

I - concessão de incentivos às empresas que adequar seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho às pessoas portadoras de deficiência;

II - garantia às pessoas idosas de condições de vida apropriada, frequência e participação em todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, defendendo sua dignidade e visando sua integração à sociedade;

III - integração social das pessoas portadoras de deficiências, mediante treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos;

IV - prestação de orientação e de informação sobre a sexualidade humana e conceitos básicos da instituição da família, sempre que possível, de forma integrada aos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio;

V - incentivo aos serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes, álcool e drogas afins, bem como de encaminhamento de denúncias e atendimento especializado, referentes à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso dependente.

Art. 218. O Município assegurará condições de prevenção às deficiências, com prioridade para a assistência pré-natal e infantil, assegurado, na forma da lei, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, o acesso a logradouros e a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes a livre circulação, bem como a adoção de medidas semelhantes, quando da aprovação de novas plantas de construção e a adaptação ou eliminação dessas barreiras em veículos coletivos.

Art. 219. A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência, do Conselho Municipal de Assistência ao Idoso e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

ATO DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS TRANSITÓRIAS

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser adequado às disposições desta Lei Orgânica sempre que a aprovação de Emendas altere seu conteúdo, sendo que as omissões sanadas pelo Plenário, transformar-se-ão em precedentes regimentais.

Parágrafo único. Caberá à Mesa da Câmara constituir Comissão Mista encarregada de elaborar estudos preliminares para apresentar o Projeto de Resolução do Regimento Interno.

Art.2º No prazo de 180 dias, a Câmara Municipal aprovará, através de Resolução, o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 3º É considerada data cívica, o dia 27 de Dezembro, dia da emancipação político-administrativa e feriado religioso o dia 20 de Janeiro, dia do padroeiro São Sebastião.

Art. 4º Os logradouros públicos municipais não poderão ser designados com nomes de pessoas vivas, sendo que a homenagem se restringirá a pessoas falecidas há pelo menos um ano.

Art. 5º O Poder Legislativo mandará imprimir esta Lei para distribuição gratuita nas escolas municipais e nas entidades representativas da comunidade, de modo que se faça ampla divulgação de seu conteúdo.

Art. 6º Esta Lei Orgânica do Município de Juruáia, MG, entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sessão Solene de Promulgação em 27 de dezembro de 2002.

Poder Legislativo

Albenir Candido de Araújo - Presidente

Dorival Antonio da Silveira –Vice Presidente

Jose Podadeira Neto – Secretário

Ronaldo Antonio Matias - Vereador

Antonio C.Gonçalves Marques-Vereador

Toniel Alves Trindade - Vereador

Osmar Francisco de Sales - Vereador

Edson J. Donizete da Silva – Vereador

Juraci Porfírio de Souza – Vereador

Registrada e publicada nesta Câmara Municipal de Juruiaia-MG em 27 de Dezembro de 2002

Albenir Cândido de Araújo – Presidente

REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE JURUAIA-MG.

MESA DIRETORA DA CÂMARA

PRESIDENTE – ALBENIR CÂNDIDO DE ARAÚJO
VICE-PRESIDENTE – DORIVAL ANTONIO DA SILVEIRA
SECRETÁRIO – JOSÉ PODADEIRA NETO

DEMAIS VEREADORES:

ANTONIO C. GONÇALVES MARQUES
EDSON JOAQUIM DONIZETE DA SILVA
JURACI PORFÍRIO DE SOUZA
OSMAR FRANCISCO DE SALES
RONALDO ANTONIO MATIAS
TONIEL ALVES DA TRINDADE

COMISSÃO DE REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

PRESIDENTE - ALBENIR CÂNDIDO DE ARAÚJO
VICE-PRESIDENTE - DORIVAL ANTONIO DA SILVEIRA
RELATOR – LAURIONI MADEIRA (In Memoriam)
RELATOR ADJUNTO – ANTONIO C. GONÇALVES MARQUES
1º SECRETÁRIO – TONIEL ALVES DA TRINDADE
2º SECRETÁRIO – JOSÉ PODADEIRA NETO
3º SECRETÁRIO – JURACI PORFÍRIO DE SOUZA
MEMBROS: OSMAR FRANCISCO DE SALES
RONALDO ANTONIO MATIAS

SERVIDORES DA CÂMARA:

ASSESSOR JURÍDICO – DR. EVALDO DA SILVA
SECRETÁRIA EXECUTIVA – ELAINE CONSOELO PIZA

CORREÇÃO SINTÁTICO – ORTOGRÁFICA:

PROF. ROSELI DAS GRAÇAS MARQUES DE CASTRO